



## **Análise dos Efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo Contábil em Bancos Brasileiros**

### **Resumo**

O Conservadorismo foi definido, historicamente, como um dos princípios da Contabilidade, porém o registro de Instrumentos Financeiros (IF) pelo método de mensuração do Valor Justo não é considerado conservador. Portanto, objetiva-se neste trabalho investigar quais são os efeitos dos IF no Conservadorismo das Informações Contábeis de bancos brasileiros (*Top 50*), os quais podem ser considerados como instituições com alto valor de IF. Para isso, foram coletadas informações dos bancos no *site* do Banco Central do Brasil, no período de 2009 a 2016. As observações foram segregadas em grupos de acordo com os valores de IF, separados por meio de uma análise de quartis, em que cada grupo é composto por 25% das observações. Foram analisados os grupos extremos, em que o primeiro grupo, o primeiro quartil, foi composto por bancos com os maiores valores de Instrumentos Financeiros no ano, enquanto que o segundo grupo analisado, terceiro quartil, foi composto por bancos com os menores valores de Instrumentos Financeiros no ano. Com o intuito de comparar os grupos foram criadas variáveis *dummies*. Assim, foi possível a realização de análises de regressões em dados em painel com erros-padrão robustos e agrupamento por empresa. Primeiramente, foi rodado o modelo original de detecção de Conservadorismo Condicional de Ball e Shivakumar (2005). Em seguida, foram analisados os modelos com interações das *dummies* dos grupos com as variáveis originais. Os resultados encontrados indicaram que os bancos de forma geral são conservadores. Por outro lado, quando são controlados os bancos com maiores e menores valores de IF, não há identificação de conservadorismo.

**Palavras-chave:** Instrumentos Financeiros; Instituições Financeiras; Conservadorismo Condicional.

**Linha Temática:** Contabilidade Financeira

### **1. Introdução**

As instituições financeiras são consideradas as principais responsáveis pela normatização que surgiu com o intuito de permitir a contabilização dos Instrumentos Financeiros (IF) nas Demonstrações Financeiras das entidades. Esse fato se deve pela crescente utilização de derivativos, um dos instrumentos financeiros que eram, e continuam sendo, bastante utilizados no mercado internacional com operações de hedge, especulação e arbitragem. Tais operações foram associadas às crises de instituições respeitadas como, por exemplo, o Banco inglês Barings. Assim, os IF ganharam importância em instituições financeiras e órgãos reguladores.

No Brasil, o registro dos Instrumentos Financeiros começou com a Circular Bacen 2.328, de 7/7/1993, que tratava da contabilização de operações realizadas nos mercados a termo, futuro e de opções com ações, outros ativos financeiros e mercadorias. Esta Circular, posteriormente, foi revogada até a entrada em vigor Instrução CVM nº235, de 1995, porém



tratava da divulgação e dos valores de mercado dos IF, em notas explicativas, sem tratar da contabilização propriamente dita e dos derivativos. Já em outros países, normas locais tratavam da contabilização dos instrumentos financeiros.

Com relação às normas internacionais de contabilidade, os Instrumentos Financeiros foram introduzidos em 2000, com o advento da Norma IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. Acompanhando o desenvolvimento das operações dos IF, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 14 – Instrumentos Financeiros, em 2008 e, em 2009, foi emitido o Pronunciamento CPC 14 (R1). Essa norma, foi revogada por outras (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) que passaram a tratar de forma mais minuciosa a contabilização dos IF. O texto do Pronunciamento CPC 14 (R1) transformou-se na Orientação CPC 03

Deve-se considerar que os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são normas traduzidas (Debate do termo) propostas baseadas/fundamentadas nas normas internacionais IFRS - *International Financial Reporting Standards* e que, uma das normas internacionais recentemente discutidas e elaboradas é a norma IFRS 9, de 2014. A IFRS 9 será traduzida e adequada à situação brasileira e a previsão é de que entrará em vigor em 2018. Essa norma trata dos Instrumentos Financeiros e de como eles devem ser reconhecidos contabilizados

Segundo a IFRS 9 e as normas atualmente em vigor (CPC 38, CPC39 e CPC40), os Instrumentos Financeiros devem ser mensurados com base no Valor Justo e o seu conceito, segundo o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, é “uma mensuração baseada em mercado”. Além disso, “é mensurado utilizando-se as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou passivo”. Dessa forma, o VJ (Valor Justo) e, por consequência, os IF, são mensurados com base no mercado, mensuração essa, bem diferente da mensuração com base no Custo Histórico, o qual é considerado o pilar do conservadorismo na Contabilidade, pois se baseia no quanto efetivamente foi gasto na aquisição de determinado ativo ou passivo. Uma proposta é incluir este ponto.

A Contabilidade adota, de forma geral como referência, o custo histórico, mas quando há uma redução do valor do ativo é obrigatório reconhecer este decréscimo, norma conhecida como a regra do *Impairment*- Pronunciamento CPC n.01. Entretanto, quando o valor do ativo tem um acréscimo em relação ao seu custo histórico original, de acordo com o conceito do custo histórico puro, não deveria reconhecer este aumento. Esse posicionamento é realmente objetivo e fundamentado na prudência. Sendo assim, é possível notar que a contabilidade, historicamente e de modo geral, possui uma estrutura normativa e legislações que tendem a serem conservadoras, porém existem algumas normas que conflitam com essa ideia. Tais normas como a permissão de novas avaliações de ativos, o diferimento da apropriação de gastos de instalação e, inclusive, a antecipação de ganhos a partir das normas, as quais abrigam a avaliação de instrumentos financeiros pelo VJ (Coelho & Lima, 2007).

Diante da permissão/obrigatoriedade do registro de ativos e passivos com base no Valor Justo, o debate das vantagens e desvantagens da aplicação do conservadorismo no registro das informações contábeis ganhou destaque. Pesquisadores passaram a investigar a importância, as vantagens e desvantagens do conservadorismo (Givoly & Hayn, 2000; Beaver & Ryan, 2000; Ahmed, Billings, Morton, & Harris, 2002; Ball & Shivakumar, 2005; LaFond & Watts, 2008; Laux & Leuz, 2009; Dechow, Ge, & Schrand, 2010; Erkens, Subramanyam, & Zhang, 2011) e quais características das entidades e se as legislações internacionais tinham relação com



informações contábeis conservadoras (Penman & Zhang, 1976; Bushman & Piotroski, 2001; Ahmed, Billings, Morton, & Harris, 2002; Coelho & Lima, 2007; André, Filip, & Paugam, 2015; Mora & Walker, 2015)

Mais especificamente, no setor bancário surgiram trabalhos que analisaram as relações das características dessas entidades com o conservadorismo (Brito, Lopes, & Coelho, 2008; Nichols, Wahlen, & Wieland, 2009; Tapia, Sánchez, Alemán, & Fernández, 2011; Dantas, Paulo, & Medeiros, 2013). Características essas que englobam, por exemplo, a ideia de que os bancos e instituições financeiras formam um setor que possui altos valores de ativos construídos por IF. Essa característica justifica a grande utilização do VJ para mensurar seus ativos e passivos. Considerando que a prática do uso do VJ como base de valor entra em confronto com práticas conservadoras e, que os bancos a utilizam com bastante significância, é possível supor que essas instituições sejam menos conservadoras. Além disso, deve-se considerar que a regulação por parte do Banco Central pode fazer com que as instituições financeiras sejam menos conservadoras afim de respeitar as exigências do setor.

Por outro lado, o setor bancário no Brasil, que é altamente regulado, é um setor composto por intermediários financeiros. Tais características podem movimentar uma atenção maior por parte de reguladores, do próprio mercado e da sociedade, pois exigem o pleno funcionamento dessas instituições. Para o pleno funcionamento das instituições deve haver um controle sobre a possibilidade de entrarem em falência, pois se entram em falência é provável que seja gerado um distúrbio financeiro no mercado. Assim, uma maior regulação e cuidado com os números contábeis levariam às instituições a serem mais conservadoras.

Essa discussão pode ser inserida na Teoria Positiva da Contabilidade (TPC), a qual tem como premissa a existência de conflito de interesses, em que uma prática contábil é escolhida em detrimento de outra devido aos interesses pessoais dos indivíduos na organização (Jensen & Meckling, 1976). Neste caso, os bancos e instituições financeiras têm motivos para escolher uma prática mais ou menos conservadora, conforme os interesses dos indivíduos ou da própria instituição. No caso das Demonstrações Financeiras das instituições financeiras é necessária uma grande segurança, pois o impacto em uma entidade pode gerar efeitos no mercado como um todo. Entretanto não se pode perder a qualidade da informação contábil. Não reconhecer o valor justo dos instrumentos financeiros quando há um acréscimo do valor dos instrumentos financeiros, seria uma grande limitação informacional.

Diante do exposto, faz-se necessário a investigação do conservadorismo nos bancos e como esse conservadorismo pode ser afetado pelo alto valor de Instrumentos Financeiros, os quais têm seus valores baseados no Valor Justo. Sendo assim, o presente trabalho tem o intuito de estudar os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo Condicional das Informações Contábeis evidenciadas pelos bancos.

Assim, o problema de pesquisa é definido: **Quais os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo das Informações Contábeis nos bancos brasileiros?** Diante desse problema de pesquisa, é possível formular o objetivo geral do trabalho que é: **Avaliar os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo das Informações Contábeis nos bancos brasileiros.** Neste estudo, o Conservadorismo foi medido pelo modelo econométrico de Ball e Shivakumar (2005).

Esta pesquisa se justifica, primeiramente, pela proposta de estudar efetivamente os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo Condicional divulgado nas



Informações Contábeis. Dessa forma, é possível identificar quais são os efeitos que esses Instrumentos Financeiros podem ter no conservadorismo contábil dos bancos da amostra.

Um fator que deve ser considerado é o fato de que este estudo trabalha o conceito de “valor justo”, o qual deve ser analisado a luz da “nova” Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework for Financial Reporting*) emitida pelo IASB em março de 2018. O capítulo dois do *Framework* reintroduz uma referência explícita à noção de prudência e afirma que o exercício da prudência sustenta a neutralidade. A prudência então, é definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza, visando esclarecer que a representação fiel significa a representação da substância de um fenômeno econômico e não a representação de sua forma legal apenas. Dessa forma, é possível verificar que o Valor Justo deve ser mensurado com cautela, com o intuito de representar fielmente a essência da conta em vez de ser mensurado com base no pensamento “histórico” de subavaliação de ativos. Quando não mensurados de forma coerente, os ativos avaliados a Valor Justo podem interferir no conservadorismo das informações contábeis. Sendo assim, faz-se necessária a investigação da relação entre os valores de IF, mensurados a VJ, e o conservadorismo.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Incentivos para Prática de Conservadorismo nos Bancos

Watts e Zimmerman (1986) defendem a abordagem Positiva, em que o estudo da contabilidade tem o intuito de tentar prever e explicar a prática contábil. Essas pretensões de prever e explicar a prática contábil foram acrescentadas ao objetivo da contabilidade, pois até então as pesquisas eram normativas, as quais apenas prescreviam as práticas contábeis. Uma abordagem positiva surgiu diante de fatores que envolvem uma modificação principalmente do objetivo do estudo em contabilidade. Fatores como a estrutura social, econômica e institucional influenciam a geração da informação e as práticas contábeis, as quais formam o objeto do estudo da contabilidade na Teoria Positiva da Contabilidade (TPC) (Iudícibus, 2004).

Bushman e Smith (2001), por exemplo, indicam que a divulgação dos relatórios financeiros é influenciada pelos gestores da informação contábil, e, segundo Healy e Palepu (2001), os gestores, às vezes, têm o poder de decidir o que divulgar. Existem incentivos, tais como os contratuais e os incentivos baseados no mercado, que influenciam essa produção, assim como a existência da escolha de diferentes políticas contábeis que são permitidas pela padronização das normas.

Diante do exposto, deve ser considerado que os indivíduos agem de modo oportunista e “noções de lealdade, moralidade e outros valores do gênero não são incorporados à teoria positiva da contabilidade” (Lopes & Iudícibus, 2012).

A questão principal é que a TPC é baseada na ideia de que os agentes são pautados pelos seus interesses pessoais buscando sempre maximizar seu bem-estar. Estudos como os de Kothari et al. (2009) identificaram incentivos que influenciam significativamente o *disclosure* de informações e a escolha da política contábil a ser utilizada na produção da informação. A escolha da política contábil influencia diretamente, por exemplo, na estrutura de financiamento da empresa e no estilo de gestão.



Deve-se considerar que a empresa engloba um conjunto de contratos entre os vários indivíduos envolvidos na atividade empresarial, tais como os empregados, gestores, bancos, administradores, investidores, clientes, e outros indivíduos. Esses contratos geram custos associados às transações empresariais, tais como custos de negociação, custos de expectativa de falência e renegociações (Watts & Zimmerman, 1990). Segundo Lopes e Iudícibus (2012), muitos desses custos são associados às variáveis contábeis. Assim, os administradores buscam diminuir seus custos utilizando políticas contábeis que ao mesmo tempo defendam seus interesses.

Considerando-se a existência de incentivos que influenciam as decisões contábeis, pode-se entender que essas influências interferem na Qualidade da Informação Contábil, que é pautada pelo julgamento do gestor, permitida pela discricionariedade das leis e normas contábeis. A Qualidade da Informação Contábil desejada pode fornecer informações que atendam os diversos usuários da informação com menos viés, tais como os administradores, investidores, clientes, gestores, reguladores e fornecedores.

A Qualidade da Informação é analisada na literatura principalmente utilizando como *proxy* o lucro contábil, pois o lucro contábil reflete a consequência de quase todos os procedimentos, escolhas, políticas e estimativas contábeis na formação das informações contidas nos relatórios financeiros. O lucro contábil é uma das variáveis mais analisadas pelos pesquisadores, tanto que a qualidade da informação é reconhecida como *earnings quality* e sua análise é de extrema importância, pois, assim, podem ser compreendidos os incentivos que influenciam os gestores que fazem o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do que deve ser divulgado (Almeida, 2010).

Sendo assim, os procedimentos, políticas e escolhas contábeis do gestor são refletidas no lucro contábil, e, conseqüentemente, na Qualidade da Informação Contábil, a qual varia de uma empresa a outra a depender do poder das influências. Características e influências que englobam, por exemplo, entidades que participam de um setor regulado e/ou de um setor que possui altos valores de ativos construídos por IF. Essas características podem influenciar no conservadorismo dos números contábeis dessas instituições, o qual é uma das métricas de Qualidade da Informação Contábil. Os estudos que relacionaram conservadorismo às características das instituições financeiras são escassos, contudo são abordados a seguir.

Em 2009, Nichols et al. analisaram o conservadorismo condicional levando em consideração a estrutura de capital das entidades. O estudo analisou uma amostra de bancos e instituições financeiras norte-americanas, no período de 1992 a 2002. Os resultados encontrados indicaram maior grau de conservadorismo contábil nas informações financeiras de bancos que eram listados na bolsa do que nos bancos que tinham capital fechado.

No mesmo ano Lima et al. analisaram o conservadorismo condicional nos resultados contábeis de bancos do sistema português, para o período de 2000 a 2007. Os resultados encontrados foram contrários ao previsto, pois não indicaram presença de conservadorismo contábil nos bancos, inclusive daqueles listados na bolsa de valores.

No Brasil, Brito et al. (2008) também investigaram o conservadorismo nos resultados contábeis de instituições financeiras, porém analisando principalmente a questão de ser uma entidade estatal ou privada. Os resultados indicaram que os lucros das instituições financeiras não apresentam atributos de conservadorismo condicional, porém ao examinar instituições públicas e privadas separadamente, há evidências da presença de conservadorismo nos resultados publicados somente pelos bancos estatais.



O estudo de Tapia et al. (2011) investigou se havia relação entre o nível de TIER1 (“parâmetro de capitalização, definido no Acordo de Basileia, que inclui além das ações ordinárias e lucros retidos, as ações preferenciais, os instrumentos híbridos de capital e as dívidas sem vencimento”) e o conservadorismo condicional. Os resultados indicaram que havia uma relação negativa entre a prática de conservadorismo e nível de TIER1. Os autores indicaram que esses resultados poderiam ser explicados devido a uma maior vigilância por parte da regulação sobre bancos com menor nível de TIER1, para minimizar os custos de litígios e para reduzir a probabilidade de ações políticas regulatórias adversas.

Por outro lado, ainda no Brasil, o estudo de Dantas et al. (2013) não corroborou com o de Brito et al. (2008). Esse estudo investigou o conservadorismo condicional em instituições financeiras e as evidências obtidas confirmaram, inicialmente, a hipótese de conservadorismo condicional nos resultados contábeis dos bancos brasileiros. Assim, a premissa de assimetria no reconhecimento das boas e más notícias, com o diferimento dos ganhos econômicos e reconhecimento mais tempestivo das perdas. Além disso, não confirmaram a expectativa de aumento dessa prática em momentos definidos como de risco sistêmico e por parte de bancos com menor Índice de Basileia.

## 2.2 Conservadorismo Condicional

O Conservadorismo Condicional é uma das métricas da Qualidade da Informação Contábil, em que é analisado o reconhecimento tempestivo das perdas (Barth, Landsman, & Lang, 2008; Dechow, Ge, & Schrand, 2010). Watts (2003, *part I*) define o conservadorismo como a necessidade de um reconhecimento diferente para os ganhos e as perdas, indicando que a sua forma extrema é o tradicional conservadorismo em que não se antecipa nenhum lucro, mas antecipa todas as perdas. Coelho (2007) indica que o conservadorismo é analisado sob duas óticas: o conservadorismo incondicional e o condicional. Enquanto o conservadorismo condicional se preocupa em antecipar as possíveis perdas econômicas com base em estimativas dos números atuais, o incondicional se preocupa com a escolha que deve ser feita quando há duas opções viáveis de mensuração e reconhecimento (Coelho A. C., 2007).

Basu (1997) examinou as potenciais consequências de um baixo grau de qualidade das informações dos lucros e identificou o seu impacto sobre a assimetria informacional. O autor documentou que esse baixo grau de *earnings quality* contribui significativamente na assimetria informacional em torno dos anúncios dos lucros nos relatórios contábeis, reduzindo a liquidez nos mercados financeiros, especialmente para empresas em que os ganhos representam a principal fonte de informação para os participantes do mercado.

Penman e Zhang (2002) constataram que, quando uma empresa pratica uma contabilidade conservadora, as mudanças nos valores dos seus investimentos podem afetar a qualidade de seus lucros. A pesquisa indicou que o crescimento do investimento reduziu os lucros reportados e criou reservas. Reduzindo o investimento dessas reservas, os lucros aumentaram. Se a variação do investimento foi temporária, em seguida, os lucros estariam temporariamente inflados ou menores, e, portanto, os lucros não seriam um bom indicador da *performance* financeira da empresa. O estudo desenvolveu medidas para identificar esse efeito do investimento no conservadorismo da contabilidade e indicou que o conservadorismo e as alterações nos investimentos estão relacionados aos *earnings quality*.



Bushman e Piotroski (2006) pesquisaram como os números contábeis dos relatórios são formados pela estrutura institucional do país nas quais as empresas estão domiciliadas e buscou aprofundar o entendimento sobre a natureza dos incentivos aos relatórios financeiros criados pela estrutura institucional da economia. Os autores documentaram que há influência no conservadorismo dos números contábeis devido à origem da legislação dos países, que se diferenciam em *common law* e *code law*. Sendo assim, foi investigado que há uma relação entre a política econômica e o conservadorismo. Os gerentes têm mais incentivos que devem levar a uma contabilidade mais conservadora em países cujo sistema judicial é mais eficiente.

A especificação original do modelo de conservadorismo condicional proposto por Ball e Shivakumar (2005) que foi utilizada neste trabalho é a seguinte:

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad ((a))$$

em que:

$\Delta LL_{it}$ : variação do lucro líquido da firma  $i$  no período  $t$  escalonado pelo valor do ativo total da firma  $i$  no período  $t$ ;

$D_{it-1}$ : variável *dummy* sendo 1 para variação do Lucro Líquido negativa e 0, caso contrário, da firma  $i$  no período  $t-1$ ;

$\Delta LL_{it-1}$ : variação do lucro líquido da firma  $i$  no período  $t$  escalonado pelo valor do ativo total da firma  $i$  no período  $t-1$ ;

Sob a premissa do conservadorismo, as más notícias (variações negativas dos lucros) são reconhecidas mais oportunamente nos resultados do que as boas notícias (variações positivas dos lucros). Para análise do modelo de Ball e Shivakumar (2005), é necessária a verificação dos valores e sinais dos coeficientes dos betas. Verifica-se conservadorismo na amostra quando o valor de  $\beta_2 \Delta LL_{it-1}$  se mostrar positivo ou com ausência de significância estatística e  $\beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1}$  se mostrar significativo e com sinal negativo. Além disso, deve-se verificar que a soma desses coeficientes devem ser menores que zero ( $\beta_2 + \beta_3 < 0$ ).

### 3. Metodologia e Desenvolvimento da Hipótese

A norma que trata de Instrumentos Financeiros indica que a forma mais apropriada de contabilizar essa conta deve se basear no Valor Justo. Essa é considerada uma das normas contrárias ao Conservadorismo. Assim, é possível que os valores dos Instrumentos Financeiros possam causar efeitos diferentes na contabilidade de determinadas entidades que possuem alto valor de IF. Dessa forma, é possível que o próprio conservadorismo dos números contábeis seja afetado devido a esse maior ou menor valor de ativos mensurados pelo Valor Justo (os Instrumentos Financeiros). Uma forma de verificar se os Instrumentos Financeiros levam a uma contabilidade conservadora é comparar o conservadorismo das informações financeiras de entidades que possuem maior valor de IF com as entidades que possuem menor valor de IF.

Sendo assim, como uma forma de comparar as empresas, foram formados grupos com valores próximos de Instrumentos Financeiros. O grupo de empresas com maior valor de IF foi comparado ao grupo de empresas com menor valor de IF, conforme os critérios definidos no próximo tópico. Assim, podem ser formuladas as Hipóteses de Pesquisa:

**H1<sub>0</sub>: Os bancos brasileiros que possuem maiores valores de Instrumentos Financeiros possuem menor conservadorismo contábil em suas informações financeiras.**



Quanto aos procedimentos econométricos, foram estimadas regressões com erros-padrão robustos agrupados (clusterizados) por empresa. É importante salientar que as variáveis dos modelos foram *winsorizadas* no limite inferior de 1% e superior de 99%.

### 3.1 Definição de Variáveis e Análises

Primeiramente, foi criada a variável independente formada de acordo com o valor de Instrumentos Financeiros ( $IF_{it}$ ), a qual é descrita na Tabela 1. Em seguida, as empresas serão segregadas em grupos de acordo com o valor de IF evidenciado. Para segregar as empresas em grupos similares, as mesmas foram classificadas em ordem crescente em relação aos valores da conta Instrumentos Financeiros. Assim, foram criados quartis para segregação das empresas que se encontram no primeiro quartil (Q1) e empresas que se encontram no terceiro quartil (Q3). As empresas com menor valor de IF estão no Q1, enquanto que empresas com maior valor de IF estão no Q3. Sendo assim, as variáveis *dummy* “ $Q1IF_{it}$ ” e “ $Q3IF_{it}$ ” foram criadas, em que a variável “ $Q1IF_{it}$ ” tem o valor 1 para as empresas que se encontram no primeiro quartil (Q1) e 0 para as que se encontram nos demais quartis. Por outro lado, a variável “ $Q3IF_{it}$ ” tem o valor 1 para as empresas que se encontram no terceiro quartil (Q3) e 0 para as que se encontram nos demais quartis da firma  $i$  no período  $t$ . Assim, as empresas foram segregadas em grupos com maior ou menor valor de Instrumentos Financeiros. Para simplificar os modelos, foi criada a variável “ $QIF_{jit}$ ”, a qual representa qualquer uma das variáveis *dummy* de segregação de empresas (“ $Q1IF_{it}$ ” ou “ $Q3IF_{it}$ ”) em que  $j$  é a  $n$ -ésima variável *dummy* da firma  $i$  no período  $t$ .

**Tabela 1 – Definição das variáveis de segregação de bancos .**

Variável	Descrição
$IF_{it}$	Valor de Instrumentos Financeiros
$Q1IF_{it}$	<i>Dummy</i> , em que o valor 1 é atribuído para as empresas que se encontram no primeiro quartil e 0 para as demais.
$Q3IF_{it}$	<i>Dummy</i> , em que o valor 0 é atribuído para as empresas que se encontram no terceiro quartil e 1 para as demais.
$QIF_{jit}$	Variável <i>dummy</i> , podendo ser $Q1IF_{it}$ ou $Q3IF_{it}$

Fonte: Própria autoria.

### 3.2 Especificação dos Modelos de Análise

A verificação dos efeitos da influência dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo Condicional das informações contábeis divulgadas foi possível diante da análise com base no modelo original de Ball e Shivakumar (2005) que mede a possível prática de conservadorismo pelas entidades da amostra. A primeira análise consistiu na aplicação desse modelo original em todas as entidades. Em seguida, foram analisados os modelos com interações das variáveis originais com as variáveis *dummy* de segregação de empresas. As análises foram feitas comparando os bancos com alto valor de IF e baixo valor de IF e os modelos ajustados utilizados nas análises são apresentados a seguir.

Os modelos analisam o reconhecimento tempestivo das perdas, informação contábil contida nos relatórios financeiros. As variáveis “ $Q1IF_{it}$ ” e “ $Q3IF_{it}$ ” foi interagida às variáveis



originais dos modelos com o intuito de analisar os efeitos das *dummies* de segregação de entidades no Conservadorismo Condicional da Informação Contábil. Para simplificar os resultados, foi criada a variável “ $QIF_{jit}$ ” ora representando a variável “ $Q1IF_{it}$ ”, ora representando a variável “ $Q3IF_{it}$ ”, a depender da análise.

As interações de variáveis dos modelos originais com as variáveis *dummy* de interesse permitem a análise dos grupos. Essa análise é feita como se houvessem subgrupos sendo analisados separadamente. Dessa forma, os modelos com interações devem ser analisados somando-se os coeficientes dos betas e depois analisados como modelos originais, porém as interações devem ser analisadas somente para o grupo de interesse, em que a *dummy* tem o valor 1.

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \beta_4 D_{it-1} * QIF_{it} + \beta_5 \Delta LL_{it-1} * QIF_{it} + \beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * QIF_{it} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it} \quad (b)$$

em que:

$\Delta LL_{it}$ : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t;

$D_{it-1}$ : variável *dummy* sendo 1 para variação do Lucro Líquido negativa e 0, caso contrário, da firma i no período t-1;

$\Delta LL_{it-1}$ : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t-1;

$QIF_{jit}$ : variável *dummy* de segregação de grupos de bancos em que j é a n-ésima variável *dummy* de segregação (podendo ser  $Q1IF_{jit}$ , em que será igual a 1 se o banco pertencer ao grupo com menor valor de IF e igual a 0 para os demais; ou  $Q3IF_{jit}$  em que será igual a 1 se o banco pertencer ao grupo com maior valor de IF e igual a 0 se os demais) da firma i no período t;

Os modelos de regressões analisados são os seguintes: (1) modelo original de Conservadorismo Condicional de Ball e Shivakumar (2005); (2) modelo com interações das variáveis originais com Q1IF (Q1, bancos com menor valor de Instrumentos Financeiros); (3) modelos com interações das variáveis originais com Q3IF (Q3, bancos com maior valor de Instrumentos Financeiros).

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \beta_4 D_{it-1} * Q1IF_{it} + \beta_5 \Delta LL_{it-1} * Q1IF_{it} + \beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * Q1IF_{it} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \beta_4 D_{it-1} * Q3IF_{it} + \beta_5 \Delta LL_{it-1} * Q3IF_{it} + \beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * Q3IF_{it} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

em que:

$\Delta LL_{it}$ : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t;



### Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil  
Centro de Eventos da UFSC  
12 a 14 de agosto de 2018

$D_{it-1}$ : variável *dummy* sendo 1 para variação do Lucro Líquido negativa e 0, caso contrário, da firma  $i$  no período  $t-1$ ;

$\Delta LL_{it-1}$ : variação do lucro líquido da firma  $i$  no período  $t$  escalonado pelo valor do ativo total da firma  $i$  no período  $t-1$ ;

$Q1IF_{jit}$ : variável *dummy* de segregação de grupos de bancos, sendo  $Q1IF_{jit}$  igual a 1 se o banco pertencer ao grupo com menor valor de IF e igual a 0 para os demais;

$Q3IF_{jit}$ : variável *dummy* de segregação de grupos de bancos, sendo  $Q3IF_{jit}$  igual a 1 se o banco pertencer ao grupo com maior valor de IF e igual a 0 para os demais.

### 3.3 Seleção da Amostra

A amostra foi composta pelas observações dos 50 maiores bancos, de acordo com e coletado no site do Banco Central do Brasil. As informações coletadas foram dos períodos de 2009 a 2016 e foram analisados os bancos que apresentaram todas as informações necessárias para os modelos propostos no estudo.

Para este trabalho foi definido o período de corte da análise (2009 a 2016) devido ao início da implementação das *IFRS (International Financial Reporting Standards)*, normas estas que definiram o tratamento dos números contábeis internacionalmente.

## 4. Resultados

Na Tabela 2 são apresentados os resultados das regressões dos modelos: (1) modelo original de Conservadorismo Condicional de Ball e Shivakumar (2005); (2) modelo com interações das variáveis originais com Q1IF (Q1, bancos com menor valor de Instrumentos Financeiros); (3) modelos com interações das variáveis originais com Q3IF (Q3, bancos com maior valor de Instrumentos Financeiros).

Primeiramente, antes de serem feitas as análises dos resultados, deve-se considerar a análise de Ball e Shivakumar (2005) a respeito dos coeficientes com relação à significância estatística e sinais que os mesmos devem apresentar para que as empresas sejam consideradas conservadoras. Assim como apresentado no Referencial Teórico, verifica-se conservadorismo na amostra quando o valor de  $\beta_2 \Delta LL_{it-1}$  se mostrar positivo ou com ausência de significância estatística e,  $\beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1}$  se mostrar significativo e com sinal negativo. Além disso, deve-se verificar que a soma desses coeficientes devem ser menores que zero ( $\beta_2 + \beta_3 < 0$ ).



Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil  
 Centro de Eventos da UFSC  
 12 a 14 de agosto de 2018

Tabela 2 - Resultados das regressões dos modelos de Conservadorismo Condicional

$$\Delta LL_{it} = \beta_0 + \beta_1 D_{it-1} + \beta_2 \Delta LL_{it-1} + \beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} + \beta_4 D_{it-1} * QIF_{it} + \beta_5 \Delta LL_{it-1} * QIF_{it} + \beta_6 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * QIF_{it} + \sum_1^{t-1} \delta_n Ano + \varepsilon_{it}$$

Modelo	(1)	(2)	(3)
Variáveis	$\Delta LL_{it}$	$\Delta LL_{it}$	$\Delta LL_{it}$
$D_{it-1}$	-0.0032 (-1.280)	0.0007 (0.435)	-0.0004 (-0.202)
$\Delta LL_{it-1}$	0.0578 (0.260)	<b>-0.821***</b> <b>(-2.876)</b>	<b>-0.681**</b> <b>(-2.430)</b>
$D_{it-1} * \Delta LL_{it-1}$	<b>-1.135***</b> <b>(-2.953)</b>	<b>0.560*</b> <b>(1.831)</b>	0.376 (1.163)
$D_{it-1} * QIF_{it}$		-0.0026 (-0.603)	-0.0003 (-0.185)
$\Delta LL_{it-1} * QIF_{it}$		<b>0.715*</b> <b>(1.935)</b>	<b>0.555*</b> <b>(1.820)</b>
$D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * QIF_{it}$		<b>-0.887**</b> <b>(-2.154)</b>	-0.291 (-0.619)
Constante	<b>0.0122***</b> <b>(2.875)</b>	-0.0027 (-0.672)	-0.0036 (-0.764)
NºObs.	667	346	346
R <sup>2</sup>	0.330	0.317	0.298
R <sup>2</sup> Ajustado	0.321	0.293	0.272
Estat.F	56.55	31.43	32.85
Estat.p	0.000	0.000	0.000

Em que:  $\Delta LL_{it}$  : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t;  $D_{it-1}$ : variável *dummy* sendo 1 para variação do Lucro Líquido negativa e 0, caso contrário, da firma i no período t-1;  $\Delta LL_{it-1}$ : variação do lucro líquido da firma i no período t escalonado pelo valor do ativo total da firma i no período t-1;  $QIF_{jit}$ : variável *dummy* de segregação de empresas em que j é a n-ésima variável *dummy* de segregação de empresas (podendo ser  $Q1IF_{jit}$ , em que será igual a 1 se o banco pertencer ao grupo com menor valor de IF e igual a 0 para os demais; ou  $Q3IF_{jit}$  em que será igual a 1 se o banco pertencer ao grupo com maior valor de IF e igual a 0 para os demais); \*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1.

Verifica-se na Tabela 2 que no modelo original aplicado em todos os bancos (modelo 1), a variável  $\Delta LL_{it-1}$  não possui significância estatística, enquanto que a variável  $D_{it-1} * \Delta LL_{it-1}$  possui coeficiente negativo e significativo, atendendo assim, às exigências do modelo para a amostra ser considerada conservadora. Além disso, é possível identificar que a soma dos coeficientes de  $\beta_2 \Delta LL_{it-1}$  e  $\beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1}$ , é menor que zero ( $\beta_2 + \beta_3 < 0$ ). Esses resultados atendem às exigências necessárias para indicar que há conservadorismo nas informações divulgadas pelos bancos analisados na amostra. Esses resultados mostram que, de forma geral, os bancos são conservadores, pois satisfazem as condições do modelo de medição de Conservadorismo Condicional.

No modelo 2, modelo com interações das variáveis originais com a *dummy* de segregação de empresas (Q1IF), verifica-se que a soma das variáveis  $\Delta LL_{it-1}$  e  $\Delta LL_{it-1} * Q1IF_{it}$  não mostrou coeficiente positivo, apesar de significantes, enquanto a soma das variáveis  $D_{it-1} * \Delta LL_{it-1}$  e  $D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * Q1IF_{it}$  mostrou coeficiente negativo e significativo. Esses resultados não satisfazem os pressupostos de conservadorismo. Por outro lado, é possível



identificar que a soma dos coeficientes de  $\beta_2 \Delta LL_{it-1} * Q1IF_{it}$  e  $\beta_3 D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * Q1IF_{it}$ , é menor que zero ( $\beta_2 + \beta_3 < 0$ ). No entanto, esses resultados, em conjunto, não atendem todas as exigências necessárias para indicar que há conservadorismo nas informações divulgadas pelos bancos analisados na amostra. Assim como analisado no modelo 2, esses resultados mostram que não foi encontrado conservadorismo nas informações contábeis dos bancos com menores valores de IF.

No modelo 3, modelo com interações das variáveis originais com a *dummy* de segregação de empresas (Q3IF), verifica-se que a variável  $\Delta LL_{it-1} * Q3IF_{it}$  mostrou coeficiente significativo e positivo, porém a variável  $D_{it-1} * \Delta LL_{it-1} * Q3IF_{it}$  não mostrou significância estatística. Esses resultados não atendem às exigências necessárias para indicar que há conservadorismo nas informações divulgadas pelos bancos analisados na amostra. Assim como analisado no modelo 3, esses resultados não indicam que há conservadorismo nas informações contábeis dos bancos, pois os valores e significâncias do modelo não satisfizeram as condições de Conservadorismo Condicional.

Os resultados permitem três análises principais. A primeira é com relação ao modelo geral (modelo 1). Esse modelo é o modelo teórico utilizado por Ball e Shivakumar (2005), o qual analisa a prática de conservadorismo condicional nas empresas. Neste modelo pode-se observar se, em geral, as instituições financeiras praticam o conservadorismo condicional. Diante dos resultados, foi possível verificar que as entidades da amostra, de modo geral, demonstram conservadorismo condicional nas informações divulgadas. Esse resultado não corrobora com os achados de Lima et al. (2009) e Brito et al. (2008).

Por outro lado, este estudo corrobora com os achados mais recentes, de Dantas et al. (2013), os quais também encontraram evidências de existência de conservadorismo condicional em instituições financeiras. Assim como também corrobora com o de Nichols et al. (2009), o qual obtiveram evidências de que instituições financeiras de capital aberto possuíam auto grau de conservadorismo contábil nas informações divulgadas.

Sendo assim, é possível notar que a presença de conservadorismo condicional nas informações contábeis de instituições financeiras parece ser possível principalmente nos anos mais recentes, considerando os trabalhos de Dantas et al. (2013) e Nichols et al. (2009) e os achados deste estudo.

A segunda e a terceira análise podem ser feitas com base nos modelos em que são feitas interações das variáveis originais com as variáveis *dummy* de segregação de instituições de acordo com o valor de Instrumentos Financeiros contabilizados (modelo 2 e modelo 3). A interação das variáveis dos modelos permitiu a análise dos subgrupos criados (Instituições com maior valor de Instrumentos Financeiros contabilizados - Quartil 1 e Instituições com menor valor de Instrumentos Financeiros contabilizados – Quartil 3).

O modelo 2 analisa as entidades com maior valor de Instrumentos Financeiros contabilizados e permitiu identificar que essas entidades não apresentam informações contábeis conservadoras. Essa ausência de conservadorismo condicional também foi notada nas informações contábeis das entidades com menores valores de Instrumentos Financeiros por meio da análise do modelo 3.

Diante dos resultados, a análise do modelo 1 identificou que de modo geral as entidades são conservadoras. Porém, por meio das análises do modelo 2 e 3, não foi possível identificar a prática de conservadorismo condicional tanto nas informações contábeis de entidades com maiores valores de IF contabilizados, quanto nas informações contábeis de entidades com



menores valores de IF contabilizados. Esses resultados indicam que as entidades com valores extremos (maiores – Q1 e menores – Q3) são menos conservadoras com relação às informações contábeis divulgadas. Dessa forma, é possível supor que as entidades com valores médios de IF contabilizados são mais conservadoras do que as entidades com valores extremos de IF. Essa suposição faz sentido quando se analisa somente os resultados em conjunto dos modelos 1, 2 e 3. Cada grupo formado pelos quartis 1 e 3, analisados nos modelos 2 e 3, possuem 25% da amostra e, conseqüentemente, conjuntamente, 50% da amostra. Dessa forma, as entidades restantes possivelmente são mais conservadoras, pois a análise de todas as entidades indicou conservadorismo condicional contábil por meio da verificação dos resultados do modelo 1.

Os resultados deste trabalho indicam, portanto, que as instituições com valores extremos de IF contabilizados são menos conservadoras. Assim, é possível que essas entidades com valores extremos de IF sejam menos conservadoras devido à utilização do Valor Justo (VJ) como base de mensuração dos Instrumentos Financeiros. Portanto, há indicação de que o uso do VJ como base de mensuração dos IF afete o conservadorismo condicional das informações divulgadas pelas entidades.

De qualquer forma, foi possível identificar que essa característica de possuir valores extremos de IF tem relação com a possível ausência de conservadorismo condicional das informações contábeis divulgadas por essas entidades. Considerando que os bancos e instituições financeiras formam um setor que possuem altos valores de ativos construídos por IF, essa característica justifica a grande utilização do VJ para mensurar seus ativos e passivos. A prática do uso do VJ como base de valor entra em confronto com práticas conservadoras e o banco a utilizam com bastante significância tanto para mensurar os IF para mais quanto para menos.

Existem incentivos que podem influenciar as instituições financeiras a serem mais ou menos conservadoras. Por exemplo, a regulação por parte do Banco Central pode fazer com que as instituições financeiras sejam menos conservadoras a fim de respeitar as exigências do setor, tais como os índices da Basileia. Por outro lado, como já abordado, o setor bancário no Brasil, é altamente regulado justamente por ser um setor composto por intermediários financeiros. Tais características podem movimentar uma atenção maior por parte de reguladores, do próprio mercado e da sociedade, por exigirem o pleno funcionamento dessas instituições. Esse pleno funcionamento das instituições exige um controle sobre a possibilidade de entrarem em falência, pois se entram em falência é provável que seja gerado um distúrbio financeiro no mercado. Assim, uma maior regulação e cuidado com os números contábeis levariam às instituições a serem mais conservadoras. Dessa forma, a regulação pode ser um fator que explicaria tanto a presença quanto a ausência do conservadorismo condicional nas informações contábeis das instituições financeiras.

A característica de presença de regulação como um fator que influencia a tomada de decisão dos gestores foi documentada por Watts e Zimmerman (1990), assim como os fatores de custos de produção de informações, os planos de incentivo, o grau de endividamento e os custos políticos atrelados ao tamanho da empresa (Watts & Zimmerman, 1978; 1979; 1986). Neste caso, os bancos e instituições financeiras têm motivos para escolher uma prática mais conservadora ou não, conforme os interesses dos indivíduos ou da própria instituição. Como a utilização do VJ como base de mensuração dos IF permite certa discricionariedade, as entidades com valores extremos de IF parecem se distanciar da prática do conservadorismo, talvez por causa da alta regulação.



## 5. Conclusão

Os resultados empíricos levam a inferir que o atributo do conservadorismo condicional foi encontrado nos resultados contábeis dos bancos de forma geral. Esses resultados não corroboraram com os achados de Brito et al. (2008), porém são similares aos de Dantas et al. (2013). Além disso, podem ser explicados devido a aplicação das normas IFRS a partir de 2009, apesar de serem consideradas normas que se distanciam do conservadorismo contábil.

De qualquer forma, o objetivo principal do trabalho foi investigar os efeitos dos Instrumentos Financeiros no Conservadorismo contábil. Quando se faz uma comparação entre bancos que possuem maiores valores de IF e bancos que possuem menores valores de IF, não é possível identificar diferenças com relação ao conservadorismo condicional. Dessa forma, a hipótese “**H1<sub>0</sub>: Os bancos brasileiros que possuem maiores valores de Instrumentos Financeiros possuem menor conservadorismo contábil em suas informações financeiras**” não foi confirmada.

Diante dos resultados em que a amostra com todos os bancos apresentou conservadorismo contábil e a análise das amostras compostas por bancos com altos e baixos valores de IF, é possível supor que os bancos que possuem valores médios de Instrumentos Financeiros, sejam mais conservadores. Dessa forma, é possível que tanto os bancos com elevados valores de IF e os bancos com baixos valores de IF tenham seu conservadorismo contábil afetado.

Assim, foi observado que é possível que o uso exacerbado do Valor Justo para mensurar os valores de IF interfira negativamente no conservadorismo contábil dos bancos. Esse resultado é demonstrado pela não identificação de conservadorismo nos bancos com valores extremos (muito altos ou muito baixos) de IF.

No caso das Demonstrações Financeiras das instituições financeiras é necessária uma grande segurança para mensurar as contas, principalmente com relação aos IF, por serem consideradas contas com altos valores nos bancos e que podem ser mensurados com base no Valor Justo. Essa necessidade de segurança é explicada devido ao impacto que uma entidade pode gerar no mercado como um todo, justamente por ser uma entidade que intermedia transações entre entidades. Entretanto essa busca por segurança pode permitir que a informação contábil perca a qualidade. Por exemplo, não reconhecer o VJ dos instrumentos financeiros quando há um acréscimo do valor dos instrumentos financeiros, seria uma grande limitação informacional.

As normas internacionais, as quais permitem o uso de VJ para estimar os valores de IF parecem influenciar no conservadorismo contábil dos bancos. Os resultados não seguem a mesma linha do trabalho de André et al. (2015), o qual identificou que não houve diferença no conservadorismo contábil das entidades analisadas antes e depois da entrada em vigor das normas internacionais.

Deve-se considerar, assim, que as Normas Internacionais IFRS se distanciam do conservadorismo contábil devido à utilização acentuada do VJ como base de mensuração. Dessa forma, as IFRS não parecem refletir o conservadorismo ao obrigar/permitir a mensuração de ativos e passivos com base no valor justo.



## Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil  
Centro de Eventos da UFSC  
12 a 14 de agosto de 2018

Nota-se que há um desenvolvimento da contabilidade ao permitir a contabilização de ativos e passivos pelo Valor Justo, pois há um distanciamento do conservadorismo exacerbado historicamente enraizado na contabilidade. Seguindo essa ideia, Mora e Walker (2015) definem que as entidades não devem ser sempre conservadoras, porque nem sempre a informação seguirá a essência sobre a forma. Por outro lado, os valores contábeis ficam “à deriva” dos valores de mercado que podem superavaliar ou subavaliar os registros contábeis que são baseados em previsões.

Por fim, conclui-se que a mensuração dos valores de Instrumentos Financeiros com base no Valor Justo parece interferir no conservadorismo condicional das informações contábeis apresentadas pelas instituições financeiras. É possível que os valores analisados neste trabalho, que dizem respeito aos valores de VJ extremamente altos e baixos estejam subavaliando ou superavaliando os ativos, fazendo com que a essência econômica da conta não respeite o conceito de prudência abarcado pelo IASB (2018). Como consequência, a qualidade da informação contábil é prejudicada, no que diz respeito ao conservadorismo das informações.

## 6. Referências

- Ahmed, A. S., Billings, B. K., Morton, R. M., & Harris, M. S. (2002). The role of accounting conservatism in mitigating bondholder-shareholder conflicts over dividend policy and in reducing debt costs. *The Accounting Review*, 77(4), 867-890.
- Almeida, J. E. (2010). *Qualidade da Informação Contábil em Ambientes Competitivos*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- André, P., Filip, A., & Paugam, L. (2015). The Effect of Mandatory IFRS Adoption on Conditional Conservatism in Europe. *Journal of Business Finance & Accounting*, 42, pp. 485-514.
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). The Effect of Mandatory IFRS Adoption on Conditional Conservatism in Europe. *Journal of Accounting and Economics*, 39, pp. 83-128.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*, 46, pp. 467-498.
- Basu, S. (1997). The Conservatism Principle and the Assymmetric Timeliness of Earnings. *Journal of Accounting and Economics*, pp. 3-37.
- Beaver, W. H., & Ryan, S. G. (2000). Biases and Lags in Book Value and Their Effects on the Ability of the Book-to-market Ratio to Predict Book Return on Equity. *Journal of Accounting Research*, 38, pp. 127-148.
- Brito, G. A., Lopes, A. B., & Coelho, A. D. (2008). Conservadorismo nos Resultados Contábeis de Instituições Financeiras Estatais e Privadas. *Anais do Congresso ENANPAD*.
- Bushman, R. M., & Piotroski, J. D. (2001). Financial Reporting Incentives for Conservative Accounting: The Influence of Legal and Political Institutions. *The Journal of Accounting and Economics*, pp. 107-148.
- Circular Bacen 2.328, de 7/7/1993, altera procedimentos contábeis para efeito de contabilização de operações realizadas nos mercados a termo, futuro e de opções com ações, outros ativos financeiros e mercadorias. Recuperado de: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos>.



Coelho, A. C. (2007). *Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Publicados no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

Coelho, A. C., & Lima, I. S. (2007). Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Contábeis Publicados no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças*, 18, 38-49.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2009). *CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I) Transformado em OCPC 03*. Brasília, DF.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2009). *CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (revogado a partir de 1º/01/2018)*. Brasília, DF.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2012). *CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação*. Brasília, DF.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2012). *CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação*. Brasília, DF.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2012). *CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação*. Brasília, DF.

Dantas, J. A., Paulo, E., & Medeiros, O. R. (2013). Conservadorismo Contábil na Indústria Bancária Brasileira em Situações de Maior Percepção de Risco. *Universo Contábil*, 9, 83-103.

Dechow, P. M., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding Earnings Quality: A Review of the Proxies, Their Determinants and Their Consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 344-401.

Erkens, D., Subramanyam, K. R., & Zhang, J. (2011). *Affiliated Banker on Board and Conservative Accounting*. Fonte: SSRN Working Papers: <http://ssrn.com/abstract=1950016>

Favero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: Modelagem Multivariada para a Tomada de Decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Givoly, D., & Hayn, C. (2000). The Changing Time-series Properties of Earnings, Cash Flows and Accruals: Has Financial Reporting Become More Conservative? *Journal of Accounting and Economics*(29), 287-329.

Healy, P., & Palepu, K. (2001). Information Asymetry, Corporate Disclosure and Capital Markets: A Review of Empirical Disclosure Literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 405-440.

International Accounting Standards Board (IASB) (2009). *IAS 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement*. Londres, Reino Unido.

International Accounting Standards Board (IASB) (2018). *Conceptual Framework for Financial Reporting*. Londres, Reino Unido.

Iudícibus, S. (2004). *Teoria da Contabilidade* (8 ed.). São Paulo: Atlas.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*.

Kothari, S. P., Shu, S., & Wysocki, P. D. (2009). Do Managers Withhold Bad News? *Journal of Accounting Research*(47), 241-276.

LaFond, R., & Watts, R. L. (2008). The Information Role of Conservatism. *The Accounting Review*(83), 447-478.

Laux, C., & Leuz, C. (2009). The Crisis of Fair-Value Accounting: Market Sense of the Recent Debate. *Accounting, Organizations and Society*(34), 826-834.



- Lopes, A. B., & Iudícibus, S. (2012). *Teoria Avançada da Contabilidade* (2 ed.). São Paulo.
- Mora, A., & Walker, M. (2015). The Implications of Research on Accounting Conservatism for Accounting Standard Setting. *Accounting and Business Research*(45), 620-650.
- Nichols, C. D., Wahlen, J. M., & Wieland, M. M. (2009). Publicly Traded Versus Privately Held: Implications for Conditional Coconservatism in Bank Accounting. *Review of Accounting Studies*(14), 88-122.
- Onen, E. (2009). *The Relation Between Earnings Quality and Hedging with Derivatives and the Determinants of Hedge Accounting*. Dissertação de Mestrado, Erasmus School of Economics, Rotterdam, Holanda.
- Palepu, K. G., Healy, P. M., & Bernard, V. L. (2004). *Business Analysis & Valuation: Using Financial Statements*. USA: Thomson Learning.
- Penman, H. S., & Zhang, X. (1976). Accounting Conservatism, the Quality of Earnings. *Journal of Law and Economics*(19), 211-240.
- Tapia, B. A., Sánchez, C. B., Alemán, J. P., & Fernández, M. T. (2011). Conservadurismo del Resultado y Riesgo de Litigio en el Sector Bancario. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*(40), 556-585.
- Watts, R. (2003). Conservatism in Accounting part I: Explanations and Implications. *Accounting Horizons*(17), 207-221.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive Accounting Theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. *The Accounting Review*(65).